



Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

ANO DE **2016**
1º Trimestre (JAN/MAR)

ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A ATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA ÁREA CRIMINAL

As notas que agora se divulgam são uma síntese de elementos estatísticos da atividade do Ministério Público de Faro (correspondente à área do distrito de Faro) no 1º trimestre deste ano de 2016. Sublinhe-se que os dados referem-se apenas à área criminal, uma das várias áreas de intervenção do MP.

O número de inquéritos registados no 1º trimestre no Algarve aproxima-se dos 6.000. Saliente-se que no mesmo período o MP deduziu aproximadamente 1.300 acusações, a que acrescem cerca de 600 decisões de suspensão provisória do processo, isto é, casos em que, tal como quando acusa, o MP considerou existirem suficientes indícios de crime mas entendeu não os levar a julgamento, mediante a imposição de certas condições ao arguido. Ou seja, no período de três meses em causa o MP investigou e concluiu pela existência de indícios de crime em cerca de 2.000 casos.

Dos gráficos resulta que os serviços do MP com mais inquéritos entrados no período foram, por ordem decrescente, os de Faro (20%), Portimão (19%), Albufeira (15%) e Loulé (15%). Estes quatro serviços representam aproximadamente 70% dos inquéritos entrados na comarca. Os restantes 5 (Vila Real de Santo António, Olhão, Tavira, Lagos e Silves) somam, portanto, aproximadamente 30% dos inquéritos entrados.

Esse posicionamento relativo sofre algumas alterações quando se considera o número de acusações deduzidas : Albufeira surge em primeiro lugar, com cerca de 23%. Seguem-se-lhe Loulé, com 20%, Faro com 19% e Portimão, com 15%. De todo o modo, estes quatro serviços aproximam-se dos 80% do número total de acusações deduzidas no Algarve.

O número de acusações por tipo de crime revela uma prevalência esmagadora do crime de “condução com álcool” : em cada quatro crimes, um é de “condução com álcool”. Seguem-se-lhe os crimes de “condução sem carta”, de ofensa à integridade física, de furto e de desobediência. Estes 5 crimes mais numerosos correspondem a cerca de metade dos crimes indiciados no Algarve.

Realizaram-se aproximadamente duas mil audiências de julgamento (criminais) no Algarve nos três primeiros meses do ano. Note-se que neste número se incluíram, por razões de proximidade, ainda que com menor rigor jurídico, as decisões em processo sumaríssimo, onde há uma decisão judicial mas não rigorosamente uma audiência de julgamento.

Foram proferidas aproximadamente 700 sentenças/decisões, de condenação ou de absolvição. Realce-se que aproximadamente 81% foram de condenação e apenas 19% de absolvição.

“Entidades notadoras” são, simplificando para melhor compreensão, os órgãos de polícia criminal (ou o Ministério Público) que, tendo recebido as queixas ou elaborado as participações, lhes atribuem um número de inquérito (o chamado NUIPC Número Único de Processo Criminal). Os dados sobre entidades notadoras recolhidos revelam por isso o OPC (ou MP) que dá notícia do crime ou a recebe e inicialmente a processa.

Verifica-se, assim, que no Algarve, no período em causa, a esmagadora maioria dos inquéritos começou pela Guarda Nacional Republicana – aproximadamente 54% do número total. Seguem-se-lhe a Polícia de Segurança Pública (com perto de 23%) e o próprio MP (com perto de 18%). Estas três entidades somam a quase totalidade da notação dos inquéritos – 95%.

O Procurador Coordenador da Comarca de Faro



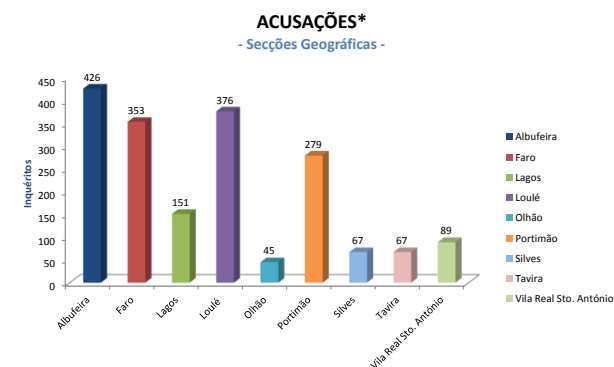
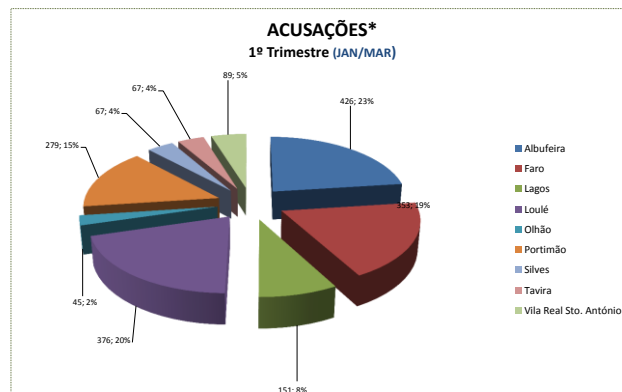
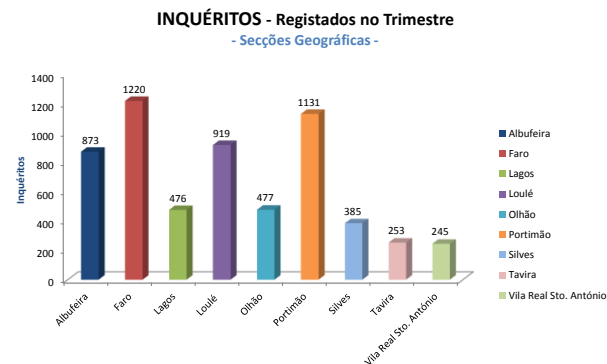
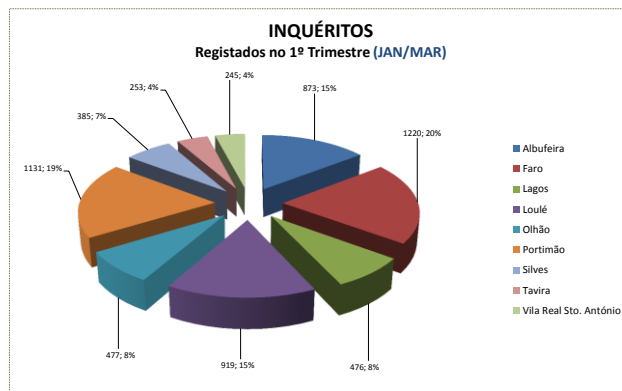
Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

ANO DE 2016
1º Trimestre (JAN/MAR)

MAPA TRIMESTRAL DE INQUÉRITOS - ACUSAÇÕES/SUSPENSÕES

Secções	INQUÉRITOS Registados no Trimestre	ACUSADOS								Suspensões	TOTAL
		Coletivos	Singulares	Abreviados	Artigo 16º nº3	Sumaríssimos	Particulares	Sumários	Total Acusados		
Albufeira	873	14	127	10	29	31	8	63	282	144	426
Faro	1220	24	97	11	21	21	3	43	220	133	353
Lagos	476	2	53		11	17	7	34	124	27	151
Loulé	919	6	105	22	16	48	1	43	241	135	376
Olhão	477		17		5	1		9	32	13	45
Portimão	1131	9	98		34	31	5	24	201	78	279
Silves	385	1	27	1	14	5		8	56	11	67
Tavira	253		12	2	6	17			37	30	67
Vila Real Sto. António	245	3	37	1	14	16		13	84	5	89
TOTAIS	5979	59	573	47	150	187	24	237	1277	576	1853

Fontes: HABILUS versão 8.1.11 / Mapa de Magistrado(a)



* Inclui Suspensões Provisórias



Procuradoria da República da Comarca de Faro
Coordenação

ANO DE **2016**
1º Trimestre (JAN/MAR)

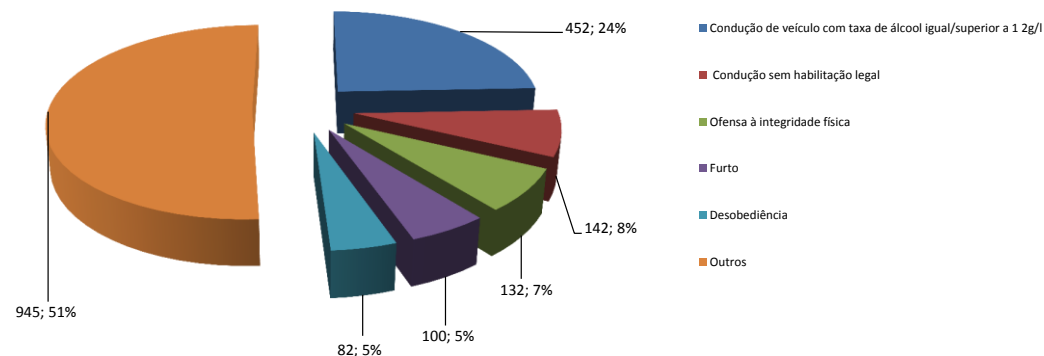
Acusações* por Tipo de Crime

Item	Total de Acusados / Supensos	Tipologia de Crime (Ordem decrescente)					
		1º	2º	3º	4º	5º	(...)
Crimes	1853	Condução de veículo com taxa de álcool igual/superior a 1 2g/l	Condução sem habilitação legal	Ofensa à integridade física	Furto	Desobediência	Outros
		452	142	132	100	82	945

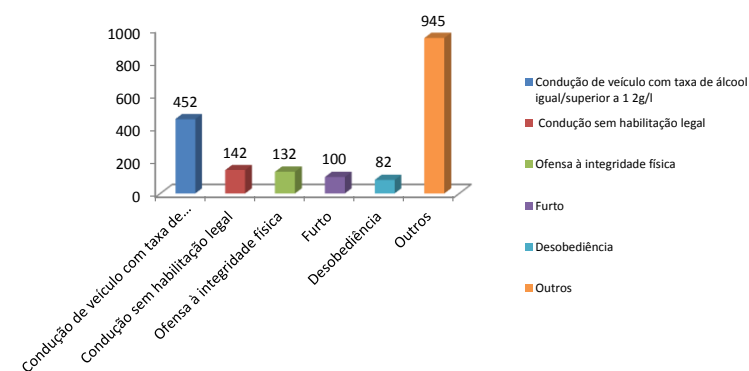
* Inclui Suspensões Provisórias

Fontes: HABILUS versão 8.1.11 / Mapa de Magistrado(a)

Acusações* por Tipo de Crime
Ocorridos no Algarve



Acusações* por Tipo de Crime





Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

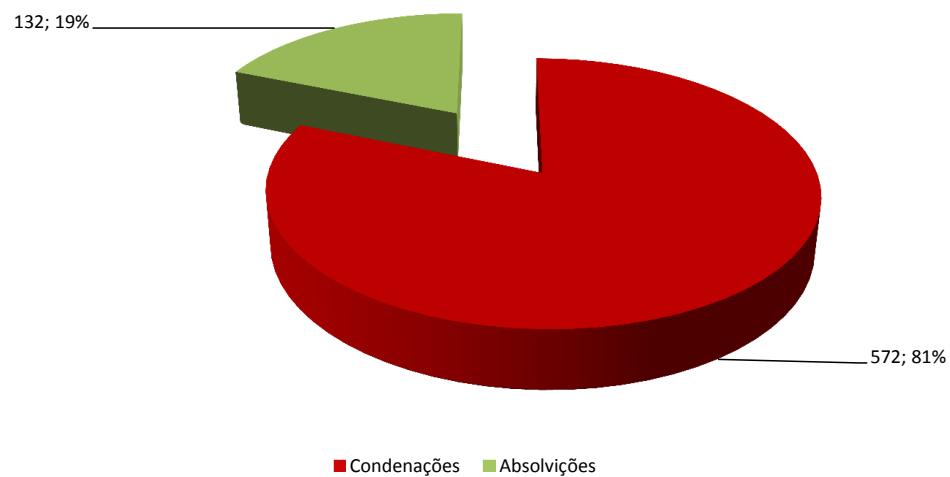
ANO DE **2016**
1º Trimestre (JAN/MAR)

Julgamentos / Decisões Finais

Comarca	TOTAL (Julgamentos)	JULGAMENTOS					Condenações	Absoluções
		Coletivos	Singulares Artigo 16º nº3 Particulares	Abreviados	Sumaríssimos	Sumários		
Procuradoria da República da Comarca de Faro	1914	351	1122	55	164	222	572	132

Fontes: HABILUS versão 8.1.11 / Mapa de Magistrado(a)

Sentenças/Decisões





Procuradoria da República da Comarca de Faro

Coordenação

ANO DE **2016**
1º Trimestre (JAN/MAR)

MAPA TRIMESTRAL - Inquéritos Registados - Por Entidades / OPC [Notadoras*]

Entidade/Orgão de Policia Criminal [OPC] - Códido de Serviço Notador (NUIPC)										
A - Serviço integrado no subsistema da Direcção-Geral das Alfândegas	F - Serviço integrado no subsistema da Guarda Fiscal	G - Serviço integrado no subsistema da Guarda Nacional Republicana	E - Serviço integrado no subsistema da Direcção-Geral de Inspeção Económica	J - Serviço integrado no subsistema da Polícia Judiciária	M - Serviço integrado no subsistema da autoridade marítima	P ou S - Serviço integrado no subsistema da Polícia de Segurança Pública	T - Serviço integrado no subsistema dos tribunais	I - Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI).	Z - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	L - Serviço integrado no subsistema da Guarda Florestal (GFL)
DGAF	GF	GNR	ASAE	PJ	PM	PSP	MP	DGCI	SEF	GFL
1		3228	10	128	54	1386	1066	96	10	

* Portaria 1223-A/91 de 30 de dezembro

Fontes: HABILUS versão 8.1.11

Inquéritos Registados/Autuados por Serviço Notador

